

39º Encontro Anual da ANPOCS

SPG04 - Cultura Política e Comportamento Eleitoral

Eleição presidencial de 2014: contexto, racionalidade e sentimentos partidários<sup>1</sup>

Autora: Iara Lima Vianna

---

<sup>1</sup> Este *paper* é fruto das análises desenvolvidas no preparo do trabalho de dissertação de mestrado da autora (com as valiosas contribuições do orientador desta pesquisa, Prof. Marcus Abílio Gomes Pereira). Na dissertação foi possível (1) discutir e justificar de forma mais ampla os referenciais teóricos mobilizados nas análises, (2) fazer revisão dos acontecimentos conjunturais (casos de corrupção na Petrobrás, manifestações, Copa das Confederações, operação Lava Jato, Copa do Mundo de Futebol, entre outros) que marcaram o primeiro mandato de Dilma Rousseff (candidata incumbente, numa eleição revocatória) e o processo eleitoral presidencial de 2014 no Brasil, e (3) também explicar de forma mais detalhada o desenrolar da técnica de análise de dados utilizada. Este estudo completo pode ser encontrado na biblioteca da FAFICH/UFMG, bem como ser solicitado por e-mail ([iaralv1810@gmail.com](mailto:iaralv1810@gmail.com)).

## **Introdução**

Os estudiosos do comportamento eleitoral têm buscado, ao longo do tempo, investigar quais fatores determinam (e com que intensidade influenciam) a decisão dos eleitores quanto a seu voto. A teoria da escolha racional defende que as avaliações de curto prazo do eleitor podem influenciar significativamente o seu comportamento eleitoral.

Considerar que os parâmetros e elementos envolvidos na decisão do eleitor mudam ao longo do tempo, e também entre as localidades de estudo, é mais do que necessário, é primordial. Sendo preciso também ponderar que a configuração contextual do cenário que antecede e que envolve uma eleição pode ser capaz de influenciar significativamente seus resultados (MENDES E VENTURINI, 1994; MENEGUELLO, 1995; CARREIRÃO, 2000, SINGER, 2013).

Na eleição presidencial de 2014 muito foi falado a respeito da influência de fatores contextuais na decisão do voto. O cenário conjuntural mais geral era de baixa avaliação da incumbente, de desaceleração econômica e marcado pela deflagração de casos de corrupção. Contudo, havia também quem considerasse que a presidente tinha um bom desempenho à frente do governo, que avaliasse positivamente aspectos associados à economia e que ponderasse que a corrupção no atual governo era menor (ou igual) a de gestões anteriores (não sendo, portanto, um fenômeno novo e exclusivo do governo de Dilma Rousseff ou de seu partido).

Assim sendo, era possível notar que existia uma disputa – tanto por parte do governo e da oposição (em suas campanhas eleitorais) quanto dos meios massivos de comunicação – pela percepção do eleitorado acerca de assuntos associados a uma avaliação de curto prazo (o desempenho do governo, a situação econômica e a questão da corrupção). O que nos fez acreditar que estes elementos (temáticas), além de uma ancoragem teórica como fatores que podem determinar a decisão do voto, numa perspectiva conjuntural pareciam ter influenciado o cálculo eleitoral dos brasileiros quanto a sua escolha para presidente.

O presente trabalho partiu então deste ponto para definir sua pergunta de pesquisa central: elementos contextuais (ancorados em uma racionalidade de curto prazo) influenciaram a decisão do eleitor na eleição presidencial de 2014? Se sim, com que intensidade cada uma

das variáveis mobilizadas na análise (avaliação da incumbente, avaliação da economia e percepção da corrupção) impactou na probabilidade de voto na incumbente (categoria de interesse), em relação à probabilidade de voto em seu desafiante?

Analisando-se o pleito em estudo, considerou-se ainda que a identificação e a rejeição partidária ao PT (elementos ancorados na corrente psicológica) também pareciam ter exercido papel importante na decisão dos eleitores nesta eleição presidencial. Consideração esta que culminou na formulação de uma segunda pergunta de pesquisa: os sentimentos partidários teriam também influenciado na escolha do voto? E com que magnitude impactaram nessa decisão?

Na busca por responder as perguntas colocadas, foi realizada análise empírica de microdados provenientes de pesquisa de opinião (*survey*) nacional pós-eleitoral<sup>2</sup>. Utilizando-se modelos logísticos de regressão, analisou-se a influência de cada um destes aspectos na decisão do voto separadamente e em um modelo multivariado. A partir das inquietações definidas nas perguntas de pesquisa, tem-se então que a finalidade desta empreitada foi apontar quais fatores explicativos, em uma análise conjunta, apresentaram significância na explicação da decisão tomada pelo eleitor, e com que intensidade elevaram (ou reduziram) a probabilidade de voto na candidata incumbente e em seu opositor.

Cabe realçar que poucos são os estudos da área que abordam a percepção sobre a corrupção como um fator contido no cálculo racional que o eleitor faz (RENNÓ, 2007; CARREIRÃO, 2007; CALVET, 2013) e também os que abarcam em suas análises o sentimento de rejeição partidária (CARREIRÃO E KINZO, 2004; NICOLAU, 2007; CARREIRÃO 2007 e 2008). Na Escola Racional, os elementos canônicos de análise são, em geral, a avaliação de desempenho do governo/governante e a avaliação da economia. Na teoria psicológica, grande parte dos estudos se centra em avaliar a identificação

---

<sup>2</sup> Muitos são os estudos sobre comportamento eleitoral que utilizam pesquisas de opinião (*survey*) como fonte de material empírico para a compreensão da decisão do voto (BAQUERO, 1997; ALMEIDA, 1998; HUNTER E POWER, 2007; McGRANE, 2007; LÍCIO et al., 2009; RATTO E MONTERO, 2013). Este artigo utiliza dados de pesquisa pós-eleitoral realizada e gentilmente cedida pelo Instituto Vox Populi. Nesta pesquisa perguntou-se aos entrevistados qual havia sido o seu voto no segundo turno (*recall* de voto). Assim, no modelo de análise, a variável resposta (Y) será a resposta dada para os eleitores para este *recall* de voto recodificado: 1 = voto em Dilma Rousseff e 0 = voto em Aécio Neves. Sendo avaliados, portanto, os votos válidos. Entrevistados que declararam voto branco, nulo, não terem comparecido para votar ou que não se lembravam do voto foram eliminados da análise (recodificados como *system missing*). A amostragem (n = 2.200) tem representatividade nacional, com possibilidade de leitura para a totalidade dos resultados.

(preferência ou simpatia) com determinados partidos de interesse. Deste modo, considera-se que abrir espaço para a discussão do papel da percepção da corrupção e do ‘antagonismo’ partidário na decisão do voto é uma iniciativa relevante deste artigo.

Outro ponto interessante deste *paper* está na análise sobre qual dos sentimentos relacionados a partidos apresentou mais força: o apoio (identificação) ao PT aumentou de forma mais expressiva a probabilidade de observação da categoria de interesse (voto na incumbente Dilma Rousseff) ou o antagonismo (rejeição) em relação a este partido elevou mais fortemente a chance de voto pela candidatura opositora (Aécio Neves)?

Além de contribuir, de forma geral ou específica, com o campo de estudo sobre o comportamento eleitoral dos brasileiros em uma eleição presidencial, a relevância deste trabalho está também na exposição de dados e desenvolvimento de análise a respeito de um processo eleitoral tão recente; sendo um dos primeiros trabalhos acadêmicos a tratar das eleições presidenciais de 2014. É importante aqui deixar claro que muitos são os espaços abertos para a análise deste pleito, e que o esforço deste artigo é ser uma possibilidade inicial de análise científica a respeito dos fatores que podem ter impactado na decisão eleitoral dos brasileiros no último ano.

### **Comportamento eleitoral: definições teóricas**

Considerando-se as múltiplas possibilidades de estudo, análise e pesquisas que buscam a explicação da decisão do voto, as principais vertentes teóricas que dão fundamento aos estudos que tratam do comportamento político-eleitoral são as chamadas ‘três grandes teorias clássicas’: Teoria Sociológica, Teoria Psicossociológica e Teoria da Escolha Racional (ou Teoria da Racionalidade).

As duas primeiras são reconhecidas por se centrarem em elementos de longo prazo (classe social, escolaridade, religião, ideologia, identificação partidária, etc.). Os fatores sociais, estudados pela Teoria Sociológica, enquadram o indivíduo em sua coletividade, e não em sua dimensão individual. Assim, para esta corrente, grupos sociais e categorias demográficas (escolaridade, religião, idade, sexo, etc.) são os agentes de determinação do voto. A Teoria Psicossociológica é apontada como uma corrente que se ancora em uma dimensão de longo prazo na medida em que postula que o processo de socialização é elemento essencial para a formação das preferências. Ou seja, as preferências políticas

(identificação partidária e posicionamento ideológico) são questões consolidadas no indivíduo ao longo de sua socialização (familiar e social), e algo que possivelmente não será alterado com o decorrer da vida (CAMPBELL et al., 1966).

Já a Teoria da Escolha Racional trabalha com fatores de curto prazo e fruto da reflexão individual do eleitor (ou, cuja influência no voto se dá em nível pessoal). Baseada no individualismo metodológico, essa teoria aponta que “os indivíduos são racionais e agem intencionalmente, procurando, antes de tudo, maximizar ou otimizar seus ganhos” (CAMARGOS, 1999: 01). O indivíduo é então a unidade de análise, e é por meio de suas escolhas (definidas ainda que com base em informações limitadas) que se pode interpretar os fenômenos sociais.

Esta Teoria da Escolha Racional é, portanto, a representante de uma lógica na qual a tomada de decisão política decorre do fato de que o eleitor é "movido por razões individuais" e "vota no partido que ele acredita que lhe proporcionará mais benefícios do que qualquer outro" (FIGUEIREDO, 1991: 37)<sup>3</sup>. Assim, segundo coloca Castro (1994), dadas as possibilidades de escolha à disposição dos eleitores, é possível entender o seu comportamento por se supor que eles preferirão aquelas possibilidades que tragam maior satisfação para seus interesses ou maximizem seus ganhos<sup>4</sup>.

Neste sentido, tomando-se a teoria satisfacionista e as variáveis a serem analisadas neste artigo, o cálculo empenhado pelos eleitores seria: 1) quanto melhor a avaliação que fazem do desempenho do mandatário, maior será o desejo que ele continue e mais intensa será a probabilidade de voto no mesmo, 2) quanto mais positiva a avaliação da condução econômica realizada pelo governo, maior também será a vontade que este governo continue no poder (garantindo boa situação na economia) e mais forte será a probabilidade de voto no mesmo, e 3) quanto pior a avaliação a respeito da corrupção percebida no

---

<sup>3</sup> Em uma analogia à lógica de interação entre empresários e consumidores, Downs (1957) postula que os partidos políticos (empresas) atuam racionalmente no sentido de calcular a trajetória e o percurso de suas ações, visando à maximização de seus votos (lucros); e os eleitores (consumidores), com a mesma lógica racional, na tomada de decisão sobre escolher um partido (um produto) buscam maximizar suas vantagens: com o menor custo, obter o maior lucro.

<sup>4</sup> As possibilidades de raciocínio retrospectiva e prospectiva para a decisão do voto dão espaço a duas linhas de investigação distintas: a Teoria Maximizante e a Teoria Satisfacionista. Na perspectiva difundida por Downs, o eleitor busca maximizar seu futuro avaliando as alternativas e escolhendo a que acredita que produzirá o melhor resultado. Na versão de Key o eleitor se decidirá pela opção que garanta minimamente a satisfação de seus interesses (FIGUEIREDO, 1991 *apud* CAMARGOS, 1999).

governo em exercício, menor será a vontade do eleitor que este governo se mantenha no poder e menor será a probabilidade de voto no incumbente.

Na Teoria Racional, tem-se que a avaliação de desempenho do incumbente é considerada como forte preditora da decisão que os eleitores irão tomar. De acordo com Carreirão (2000: 09), ao considerar o desempenho do governo para sua decisão, os eleitores tendem a votar em candidatos que representem a continuidade de um governo que avaliam positivamente e, em contrapartida, a votarem contra concorrentes que figurem como a continuidade de uma gestão que avaliem como negativa.

Os fatores (*atalhos*) considerados na reflexão que culmina nessa avaliação de desempenho podem ser muitos, e serem fundamentados em variadas dimensões; tais como, por exemplo, o julgamento da habilidade e competência política do governante, sua atuação em política externa, políticas de diminuição da violência, manutenção da democracia, posicionamento ideológico, carisma, entre outros (DOWNS, 1957; ECHEGARY, 1995; ALMEIDA, 1996; CAMARGOS, 1999; CARREIRÃO, 2000;).

Contudo, muitos estudiosos dessa área não hesitam em defender que o principal componente envolvido na avaliação de desempenho conferida a um governante é a avaliação que o eleitor faz a respeito da economia (voto econômico). Considera-se ser clara e forte a relação entre essas duas reflexões (CARREIRÃO, 1999; JÁCOMO, 2013).

Segundo Duch & Stevenson (2008), o voto econômico, enquadrado na Teoria da Escolha Racional, corresponde à situação na qual a variação na percepção a respeito da economia altera os valores que o eleitor faz dos candidatos e, por conseguinte, as probabilidades de que escolha cada um deles. A ideia básica do voto econômico é a lógica de punição-recompensa (KEY, 1966: 23): quando avaliam bem a economia, os eleitores premiam o incumbente, conferindo votos para sua reeleição (ou para o candidato apoiado por seu partido ou coligação partidária, considerado como seu sucessor – em uma eleição não revocatória). Já quando os eleitores avaliam mal a situação econômica, punem o mandatário direcionando seu voto a algum dos candidatos desafiantes.

Tomando como referência os trabalhos que já demonstraram a existência de clara relação entre avaliação da economia e avaliação de desempenho do (a) governante (op. cit.), pode-se imaginar que, por questões teórico-metodológicas, não seria indicado que fossem

inseridas em um mesmo modelo de análise duas variáveis seguramente correlacionadas<sup>5</sup>. No entanto, assim como estes mesmos trabalhos já bem descreveram, essa correlação não é total, ela é parcial. Alguns eleitores levam em conta fortemente a sua percepção sobre a economia na conformação da avaliação que fazem a respeito do desempenho do mandatário (e é importante que essa influência seja avaliada, de forma a identificar o papel do voto econômico na decisão); contudo, outros ancoram sua reflexão em diferentes questões e argumentos, tais como os exemplos de ‘atalhos’ citados nos parágrafos anteriores (carisma, atuação em política externa, competência do mandatário, entre outros).

Ou seja, a avaliação geral de desempenho do incumbente, por abarcar outras dimensões e atalhos em sua conformação, confere possibilidade de que sejam consideradas outras motivações (não mensuradas ou intangíveis) que tenham operado na reflexão individual do eleitor. Assim, tem-se que uma análise que contemple as duas amplitudes de avaliação (desempenho em geral e economia) permite que ambas as possibilidades de mensuração sejam examinadas quanto a sua relação com a decisão do voto.

Enquanto essas duas primeiras dimensões de análise (avaliação de desempenho do incumbente e a avaliação econômica) são consideradas como fatores clássicos para análises que tenham como enfoque a teoria racional, conforme fora visto, poucos ainda são os estudos que abordam a percepção sobre a corrupção como um fator contido no cálculo racional que o eleitor faz (RENNÓ, 2007; CARREIRÃO, 2007; CALVET, 2013).

O estudo clássico da corrupção abrange variadas definições conceituais e perspectivas de análise, sendo este um assunto tratado por abordagens funcionalistas, estudos de cultura política, entre outros (FIGUEIRAS, 2009). Nye (1967 *apud* BONIFÁCIO, 2014) define a corrupção como um comportamento desviante dos deveres da função pública com a finalidade de ganho monetário ou de status privado, para benefício pessoal, familiar ou de grupo próximo. Exemplos desse tipo de conduta podem ser os atos de suborno, nepotismo, apropriação de recursos públicos para fins privados, entre outros.

---

<sup>5</sup> Cabe realçar aqui, desde já, que os fatores que incidem na decisão do voto são dimensões que de alguma forma podem se relacionar. Afinal, para alguns eleitores, a identificação partidária pode, por exemplo, impactar na reflexão que o eleitor faz sobre o desempenho da governante. A percepção sobre a corrupção por sua vez pode, também, por exemplo, impactar na rejeição partidária. Contudo, assim como no caso da economia e da avaliação de desempenho, essas correlações são parciais; e, segundo veremos, se mostram dentro de limites aceitáveis pela literatura específica. Para avaliar estas correlações este trabalho recorreu a testes de colinearidade, que serão evocados e apresentados no capítulo metodológico.

Avaliando as consequências da corrupção, Pharr (2000 *apud* Bonifácio, 2014) coloca que a má conduta de políticos e funcionários públicos tem impacto na qualidade da democracia, apresentando forte associação com a insatisfação dos eleitores em relação à política. Para Warren (2012 *apud* Bonifácio, 2014), a corrupção mina os processos de natureza inclusiva da política, como a relação entre representantes e representados.

Bonifácio e Paulino (2015) vão além nessa discussão a respeito dos desdobramentos de práticas corruptas ao estudarem hipóteses que relacionam a convivência, os valores e a percepção dos cidadãos em relação à corrupção com a propensão de se engajarem (ou se afastarem) de atividades participativas na esfera política.

Já em um enquadramento de estudo sobre corrupção e comportamento eleitoral, Rennó (2007) coloca que embora o voto econômico possa ser entendido como o voto mais comum e típico de um regime democrático, a avaliação do impacto da corrupção sobre o voto é importante para a discussão teórica sobre contabilidade democrática (*accountability*<sup>6</sup>) e a capacidade do eleitor de punir seus representantes (CONVERSE, 1966, PRZEWORSKI *et al*, 1999, STOKES, 2001 *apud* RENNÓ, 2007).

Para Rennó (2007: 263), a contabilidade democrática (*accountability*) tem um forte componente de voto retrospectivo, de avaliação da atuação passada dos políticos no cargo eletivo. Este voto retrospectivo tem múltiplas dimensões, e analisar o efeito de variáveis que tratem do tema da corrupção ao lado de outros fatores explicativos do voto “promove uma visão mais clara sobre quais critérios de análise retrospectiva os eleitores empregam em sua escolha eleitoral”.

Amparado na lógica de que os políticos podem fazer escolhas corruptas, mas os eleitores possuem o poder de punir esse comportamento através do voto (Chang 2005 *apud* Calvet 2013), Calvet também analisa a relação entre episódios de corrupção e decisão do voto. Avaliando as eleições presidenciais de 2002, 2006 e 2010, o autor encontra então que a deflagração de escândalos que denunciavam atos corruptos (associados a candidatos à reeleição ou apoiados por seu partido) teve efeito residual na explicação do voto nas

---

<sup>6</sup> O termo *accountability* ainda não tem tradução consensual entre os pesquisadores brasileiros, sendo encontradas traduções como ‘contabilidade democrática’, ‘prestação de contas’, ‘fiscalização da atuação pública’, entre outras. (Ver mais em: O’DONNELL, G. *Accountability* horizontal e novas poliarquias. Lua Nova: Revista de Cultura e Política. n.44. 1998)



eleições pesquisadas<sup>7</sup>. Observando-se, no entanto, crescimento neste efeito a cada eleição. O que estimula a feitura de novas pesquisas, com vistas a averiguar como esta questão tem incidido nas eleições que se seguem.

Para além destas questões de curto prazo apresentadas, e considerando-se a argumentação de que o voto é decidido com base em dimensões variadas (CASTRO, 1992; TELLES e STORNI, 2011), outros elementos que podem explicar a decisão eleitoral são também explorados neste artigo. Afora os fatores clássicos da escolha racional (avaliação de desempenho e da economia) e da percepção da corrupção (dimensão pouco explorada da corrente racional e *issue* intensamente discutido ao longo da campanha), este trabalho abarca também em sua análise outras duas variáveis consideradas importantes para a avaliação da eleição presidencial de 2014: a identificação e a rejeição partidária em relação ao PT, elementos vinculados à teoria psicossociológica.

Mesmo que tenham demonstrado significativa oscilação em um curto espaço de tempo (e isso tenha estimulado a inserção destes elementos na presente pesquisa), tem-se que a identificação partidária é elemento clássico e expressivamente relevante para a explicação da decisão do eleitor (CAMARGOS, 1999; RENNÓ, 2007; CARREIRÃO E KINZO, 2004). De acordo com Camargos (1999), apesar de ser pequena no Brasil, esta é uma variável que não pode ser descartada quando analisamos o resultado de uma eleição (CAMARGOS, 1999)<sup>8</sup>. Melo e Câmara (2012) destacam ainda que o Brasil tem uma democracia ainda muito recente e, por isso, as pesquisas e dúvidas a respeito da influência da questão partidária no comportamento do eleitor ainda não foram exaustivamente executadas e analisadas, nem tampouco resolvidas.

Segundo Carreirão e Kinzo (2004), a preferência partidária e o voto têm uma relação complexa, uma vez que parte dos eleitores vota no candidato de seu partido preferido e parte não. Este trabalho buscou então avaliar se no pleito em estudo a decisão eleitoral daqueles que têm identificação com o PT – partido à frente do governo executivo federal

---

<sup>7</sup> De toda forma, cabe aqui destacar dois efeitos perversos dos episódios de corrupção destacados por Calvet (2013): 1) gerar desincentivos para a economia e para os investimentos e 2) produzir resultados devastadores para a democracia representativa, por afetar a relação entre representantes e representados.

<sup>8</sup> Falando sobre os partidos brasileiros, Kinzo (2005:68) destaca que a única sigla partidária a apresentar um índice significativo de preferência é o Partido dos Trabalhadores (a taxa de preferência pelo PT subiu de 10%, em 1989, para 18%, em 2002). Partidos que estiveram à frente do governo federal por um longo período, como o PFL e o PSDB, apresentaram taxas insignificantes de preferência partidária.

nos últimos 12 anos, e apontado por Kinzo (2005) como o único a alcançar um patamar significativo de identificação entre os eleitores – é pautada por essa preferência ou se não há significância nessa associação.

Ainda de acordo com Carreirão e Kinzo (2004:156), a rejeição partidária, assim como a preferência, pode se dar por motivos de natureza "ideológica", ou ser calculada a partir de uma avaliação do desempenho daquele partido no exercício de algum governo importante, por exemplo. Assim, em função da observação da existência entre o eleitorado de grande antagonismo em relação ao partido da incumbente em exercício (o PT), decidiu-se então também inserir na análise da explicação do voto presidencial em 2014 a variável rejeição partidária. Como um pesquisador não pode se satisfazer apenas com observações e *feelings* a respeito de uma temática, é preciso analisar estatisticamente a força deste tão comentado antagonismo partidário na decisão do voto.

### **Hipóteses de pesquisa**

A partir do referencial teórico (e conjuntural) colocado na seção anterior, e com vistas a dar embasamento para o desenvolvimento da análise de dados, foram definidas então as hipóteses que conduziriam este estudo. Quais são:

*H1 - a avaliação positiva do desempenho do mandatário aumenta a probabilidade de voto pela manutenção do status quo (reeleição do incumbente, no caso de uma eleição revocatória); a avaliação negativa, em contrapartida, eleva a probabilidade de voto a favor da oposição.*

*H2 - a avaliação positiva a respeito do desempenho do governo na economia aumenta a probabilidade de que o eleitor vote no candidato que representa a continuidade; a avaliação negativa, em contraposição, favorece a probabilidade de voto na oposição.*

*H3 - a percepção de que a corrupção é maior no governo Dilma (do que nos dois governos anteriores) implica em redução na probabilidade de voto na presidente.*

*H4 - a rejeição ao PT é significativa na redução da probabilidade de voto em Dilma Rousseff, candidata à reeleição por este partido.*

*H5 - a identificação partidária com o PT tem significância no aumento da probabilidade de voto na candidata deste partido, a presidente Dilma Rousseff.*

Seguindo-se o arcabouço teórico e as perguntas de pesquisa definidas como norteadoras deste trabalho, tem-se então que o modelo de análise empírica será ajustado e analisado a partir das hipóteses supracitadas. Vejamos a seguir a metodologia utilizada no ajuste do modelo, e logo após a exposição e análise dos resultados obtidos.

## **Metodologia**

Na construção de inferências válidas, deve-se seguir um conjunto de regras que garantam o rigor metodológico da pesquisa. As regras de condução de uma pesquisa é que determinam se ela é científica ou não (KING et al., 1994).

Em um modelo de regressão, o primeiro passo para ajuste do modelo é avaliar a possibilidade de existência de forte correlação (colinearidade) entre as variáveis independentes ( $X_i$ ) mobilizadas para a análise. A possível existência de alta colinearidade pode causar impactos na estimativa dos erros padrões e dos parâmetros/coeficientes. (BITTENCOURT, 2003; GRIFFITHS, HILL e JUDGE, 2010), bem como contaminação dos coeficientes pelo efeito de outras variáveis (MOREIRA, 2006).

Para diagnosticar multicolinearidade realizamos o teste de avaliação VIF (*Variance Inflation Factor*)<sup>9</sup>. Os fatores “VIF” identificados entre as variáveis explicativas em análise ficaram abaixo do teto de aceitação fixado pela bibliografia de referência; não indicando, portanto, colinearidade que possa comprometer a modelagem ajustada (*Anexo I*)<sup>10</sup>.

Os testes de significância dos modelos ajustados também são observados (nos resultados gerados pelo software de processamento estatístico dos dados) e devem se mostrar

---

<sup>9</sup> Quando as variáveis estiverem linearmente relacionadas o coeficiente de determinação múltipla (obtido quando se faz a regressão de  $X_i$  sobre as demais variáveis explicativas restantes no modelo) será próximo de 1 (um) e o VIF será alto. Quanto maior o VIF maior a variância dos coeficientes  $\beta_i$ . Valores de VIF maiores que 10 correspondem a um coeficiente de determinação múltipla  $R^2$  alto, e são valores considerados inaceitáveis (KUTNER ET AL., 2004; TAMHANE & DUNLOP, 2000 *apud* MOREIRA, 2006).

<sup>10</sup> Independente da abordagem (qualitativa, quantitativa ou integração de ambas), os métodos, técnicas e informações sobre o processo de pesquisa adotados em um trabalho devem ser públicos e detalhadamente explicados e apresentados. A confiabilidade de uma pesquisa depende bastante da publicitação de seus processos; só é possível verificar se há confiabilidade nos procedimentos, quando se tem acesso ao passo-a-passo metodológico empregado pelo pesquisador (KING et al, 1994).

estatisticamente significantes. Ou seja, o modelo ajustado com base em hipóteses teóricas deve ser avaliado e apontado como significativo para a explicação da variável resposta também do ponto de vista estatístico.

Sobre a operacionalização das variáveis em análise, tem-se que na pesquisa considerada como fonte de dados neste artigo perguntou-se aos respondentes qual havia sido o seu voto no segundo turno (*recall* de voto). A variável dependente (Y) será a recodificação da resposta dada pelos entrevistados e esta pergunta: 1 = voto em Dilma Rousseff e 0 = voto em Aécio Neves – sendo considerados então os votos válidos. Entrevistados que declararam voto branco, nulo, não terem comparecido para votar ou que não se lembravam do voto foram eliminados da análise (recodificados como *system missing*)<sup>11</sup>. A não inclusão destes eleitores na presente análise foi uma decisão teórico-metodológica<sup>12</sup>.

Quanto aos fatores explicativos, tem-se que as variáveis politômicas “Avaliação de Desempenho do Incumbente” e “Avaliação da economia” foram inseridas em seu formato original e também, em seguida, decompostas em diversas variáveis *dummies*; para que cada categoria tenha sua significância na explicação da decisão do voto analisada. As variáveis “Percepção da Corrupção”, “Identificação com o PT” e “Rejeição ao PT” foram recodificadas em formato binário. Possibilitando que seja avaliado, por exemplo, em que medida a consideração de que a corrupção no governo Dilma é maior que em governos anteriores aumentou a probabilidade de voto em seu opositor.

Como é de praxe em estudos da área, foram inseridas também no modelo de análise, para efeito de controle, características demográficas (sexo, idade, escolaridade e renda) dos eleitores. No entanto, mesmo que inseridas com a função de ‘controle’ (e que não tenham

---

<sup>11</sup> As declarações de ‘voto branco’, ‘nulo’, ‘não comparecimento’ e ‘não lembrança’ do voto dado no segundo turno totalizam 13,27% da amostra (292 casos). Na eleição presidencial de 2014 as taxas de abstenção, de votos nulos e brancos ficaram dentro das médias observadas nos últimos anos (ver mais em [www.tse.com.br](http://www.tse.com.br)).

<sup>12</sup> Em geral, é mais usual estudar o ‘não voto’ (no sentido de abstenção/não comparecimento) em países onde o voto é facultativo; de forma a explorar os fatores que impactam na decisão do eleitor em assumir o custo de comparecer para votar. Além disso, trabalhar com abstenção e voto nulo ou branco (conceito de ‘alienação eleitoral’) a partir de dados de *survey* pode ser um problema de mensuração; é mais comum analisar os dados a este respeito quando se trabalha com dados oficiais agregados de órgãos gestores da questão eleitoral - TSE, TRE, etc. (LIMA JÚNIOR, 1990; BORBA, 2008). Não há mobilização teórica, neste trabalho, para examinar a probabilidade de voto em Dilma em relação àqueles que declararam não terem se posicionado no pleito eleitoral (voto nulo, branco ou não comparecimento). O objetivo das análises desenvolvidas aqui é avaliar a probabilidade de voto na incumbente (manutenção do status quo) em detrimento do voto no candidato desafiante. Ou seja, analisar a escolha política dos eleitores: a decisão por uma das duas candidaturas ‘em oferta’ no pleito em estudo.

sido elaboradas de antemão hipóteses de investigação para estes fatores sociais) a inclusão destas variáveis permitiu que fosse averiguado se houve, na eleição presidencial de 2014, alguma relação entre estes elementos sociais e a decisão do voto (avaliando, assim, fatores usualmente estudados pela corrente sociológica).

É fundamental realçar que a intenção deste estudo de forma alguma é esgotar as possibilidades explicativas do voto presidencial nas eleições em estudo, muitas são os caminhos analíticos intrigantes e em aberto para explorar e compreender este pleito tão recente. A definição de determinadas variáveis como norteadoras da análise, em nada minimiza a importância das demais perspectivas de estudo e opções de pesquisa possíveis; trata-se apenas de demarcação de objeto e alicerce teórico.

Neste sentido, volta-se a destacar que este estudo tem como recorte a análise do segundo turno das eleições presidenciais em 2014 no Brasil<sup>13</sup>, não fazendo qualquer diagnóstico longitudinal e comparativo de dados com outros pleitos eleitorais; o que poderá ser feito posteriormente em outros trabalhos.

Sobre a técnica de análise dos dados, foi utilizado o modelo de regressão logística – modelagem indicada para quando a variável resposta é categórica binária, ou seja, pode assumir apenas dois valores<sup>14</sup>. A estratégia de análise deste tipo de modelagem é a de avaliar a probabilidade de ocorrência (voto) de uma categoria de interesse em relação à outra (candidato desafiante).

---

<sup>13</sup> A análise dos dois momentos eleitorais da eleição de 2014 (primeiro e segundo turno) com certeza permitira uma avaliação mais ampla da dinâmica e dos implicantes eleitorais que impactaram na decisão do voto. Permitiria também que, no caso do primeiro turno, pudesse ser observado como se deu a influência das variáveis independentes na probabilidade de voto na categoria de interesse (Dilma Rousseff) em relação a cada um dos dois outros candidatos que disputavam a preferência do eleitorado: um candidato que representava a polarização histórica entre PT e PSDB, e uma candidata que se projetava como uma ‘terceira via’ frente a esta polarização. Contudo, como fora comentado, em função de limitações metodológicas esta análise não será executada. Ficando como agenda de trabalho para estudos futuros, inclusive desta autora. Considera-se de antemão que a partir desta análise para os dois momentos eleitorais subsequentes, poder-se-á avaliar como se deu a probabilidade de voto na incumbente em um cenário no qual existia uma terceira via (Marina Silva - PSB, que obteve o percentual expressivo de 21,32% dos votos no primeiro turno) e, em sequência, em um cenário onde a disputa estava polarizada entre as duas candidaturas que foram para o segundo turno.

<sup>14</sup> Como este trabalho analisa o micro dados individuais sobre a decisão do voto conferida no segundo turno das eleições presidenciais (e, neste caso, só restavam apenas dois nomes na disputa) o uso do modelo logístico tradicional (binário) se faz apropriado. Para analisar um cenário com mais candidatos em disputa seria preciso utilizar um modelo de regressão multinomial (indicado para quando a variável resposta é categórica politômica, tendo três ou mais opções de resposta). Usa-se essa estratégia quando se deseja investigar, por exemplo, a probabilidade de voto em um candidato em relação aos outros (definindo como categoria de referência o candidato que se deseja estudar).

Em relação à exposição e à interpretação dos resultados, nas regressões logísticas faz-se a observação do exponencial dos coeficientes de inclinação ajustados ( $\exp\beta$  de  $X_i$ ), que exprimem a relação de probabilidade de ocorrência (razão de chance) da categoria de análise (em relação à categoria de referência) considerando-se as variáveis  $X_i$ <sup>15</sup>.

## Resultados

Produzir inferências válidas deve sempre ser a meta de um trabalho científico. E a melhor maneira científica de organizar os achados é fazer com que sejam consequências observáveis de alguma teoria e/ou hipótese (KING, KEOHANE & VERBA, 1994). Para que haja validade na produção de inferências, é preciso garantir que as evidências encontradas por um estudo correspondam à questão teórica (pergunta de pesquisa) definida. Como na maioria das vezes só é possível conhecer uma parte do todo de um fenômeno (amostra), é a partir destas evidências que estudiosos encontram a possibilidade de executar pesquisas e, então, analisar questões, teorias e hipóteses. Teoria e pesquisa empírica devem estar estreitamente conectadas (KING et. al., 1994: 46 - tradução própria).

Considerando estas afirmações de King et al. (1994), nesta seção faremos então a articulação entre as hipóteses teóricas definidas e os achados empíricos observados.

Para iniciar o processo de análise dos dados, antes do ajuste do modelo multivariado (contendo todas as variáveis explicativas) foram ajustados diversos modelos univariados – de forma a possibilitar que sejam feitas análises específicas da relação existente entre cada uma das variáveis independentes e a variável resposta (Tabela 1).

---

<sup>15</sup> A *odds ratio* é obtida pela razão entre as probabilidades de ocorrência de uma categoria e a categoria de referência (em um modelo multinomial) e entre a probabilidade de ocorrência da categoria de interesse (1) em relação à outra categoria em análise (0) em um modelo logístico tradicional/binário (RUMEL, 1986). Quando o resultado da razão de chance (*odds ratio*) para uma variável explicativa é maior do que 1 (hum), a probabilidade de ocorrência da categoria de interesse (modelo logístico tradicional) é maior em X vezes (valor de  $\exp\beta$ ) em relação à categoria de referência, considerando-se cada uma das variáveis independentes em estudo. Quando este resultado ( $\exp\beta$ ) é menor do que 1 (hum), considerando-se a variável explicativa  $X_i$ , a probabilidade de ocorrência da categoria de análise (em relação à categoria de referência) é reduzida em  $[(1 - \exp\beta) \times 100\%]$ . Nos casos em que a razão de chance é muito próxima de 1 (hum), tem-se que a variável explicativa em julgamento não altera (eleva ou reduz) significativamente a probabilidade de ocorrência da categoria em análise – afinal a razão de chance de uma probabilidade sobre a outra não se apresenta como maior ou menor, ela é de 1 (hum) pra 1 (hum). Coeficientes próximos de 1 (hum), portanto, indicam que a variável não contribui para a explicação da variabilidade da variável resposta  $Y_i$ . (GUJARATI, 2000).

Tabela 1

<b>Modelos de regressão univariados</b>						
<i>Variáveis explicativas (hipóteses)</i>	$\beta$	S.E.	Wald	Sig.	Exp( $\beta$ )	R <sup>2</sup> Nag.
<b>Avaliação de Desempenho*</b>	1,291	,057	513,658	0,000	3,638	0,525
Constante	-2,984	0,166	321,996	0,000	0,051	
<b>Avaliação da economia</b>	0,759	0,041	339,505	0,000	2,135	0,297
Constante	-1,238	0,101	150,055	0,000	0,290	
<b>Governo Dilma teve mais corrupção</b> (recodificação em binária)	-0,584	0,098	35,824	0,000	0,558	0,025
Constante	0,686	0,061	127,920	0,000	1,985	
<b>Identificação com o PT</b> (recodificação em binária)	3,125	0,220	201,875	0,000	22,759	0,275
Constante	-0,052	0,054	0,934	0,334 <sup>16</sup>	0,949	
<b>Rejeição ao PT</b> (recodificação em binária)	-3,964	0,300	174,249	0,000	0,019	0,297
Constante	0,892	0,054	268,379	0,000	2,439	
<i>Socioeconômicas</i>	$\beta$	S.E.	Wald	Sig.	Exp( $\beta$ )	R <sup>2</sup> Nag.
<b>Sexo</b>	0,057	0,094	0,369	0,544	1,059	0,000
Constante	0,380	0,151	6,376	0,012	1,463	
<b>Idade</b>	0,003	0,003	0,802	0,370	1,003	0,001
Constante	0,352	0,137	6,663	0,010	1,423	
<b>Escolaridade</b>	-0,388	0,046	70,085	0,000	0,679	0,051
Constante	1,411	0,125	128,379	0,000	4,100	
<b>Renda</b>	-0,317	0,031	105,074	0,000	0,729	0,078
Constante	1,470	0,111	176,620	0,000	4,347	

Fonte: Instituto Vox Populi (elaboração própria). - n = 2.200

Nestas modelagens univariadas, nota-se que todas as variáveis explicativas se mostram significantes para a explicação da variável resposta (Y), mas que a contribuição de cada uma delas para a variação de Y se dá em patamares bastante distintos (conforme observação do coeficiente de determinação R<sup>2</sup> de Nagelkerke<sup>17</sup> para cada modelo).

Analisados então de forma isolada (univariada), temos que os modelos ajustados para cada uma das variáveis examinadas nos retornam os seguintes resultados:

<sup>16</sup> Na análise cruzada bivariada entre a identificação partidária com o PT e a decisão do voto foi possível observar que a associação entre esta preferência e a escolha por Dilma é quase perfeita; 92,4% dos eleitores que declararam ter simpatia pelo PT votaram em Dilma Rousseff. Entre os que não têm preferência pelo PT a distribuição de votos entre Aécio e Dilma é quase equânime: 42,8% disseram ter votado em Aécio e 40,7% em Dilma. Os outros 16,5% se distribuem entre 'não comparecimento', 'voto branco', 'voto nulo', 'não lembrança do voto' e 'não resposta'.

<sup>17</sup> A utilização do R<sup>2</sup>, o coeficiente de determinação, também chamado de coeficiente de correlação múltipla, está bem estabelecido na análise clássica (RAO, 1973 *apud* NASCIMENTO E ARAÚJO, 2009). A sua definição como a proporção de variância "explicada" pelo modelo de regressão faz com que seja útil como uma medida de sucesso da predição da variável dependente a partir das variáveis independentes. É conveniente generalizar a definição de R<sup>2</sup> para modelos gerais, para os quais o conceito da variância residual não pode ser facilmente definido e a máxima verossimilhança é o critério de ajuste.

- A avaliação de desempenho da presidente explica cerca de 52% da variabilidade da variável resposta, e a cada nível superior na escala de avaliação (péssimo → ruim → regular negativo → regular positivo → bom → ótimo) a probabilidade de voto em Dilma obtém um incremento médio de 3,6 vezes.

- A avaliação da economia segue lógica similar: o aumento em uma unidade na escala de avaliação (péssimo → ruim → regular negativo → regular positivo → bom → ótimo) duplica, em média, a probabilidade de voto na presidente. Esta avaliação econômica explica cerca de 30% da variabilidade da decisão do voto.

- A consideração de que o governo Dilma teve mais corrupção do que os governos de Lula e FHC reduz em cerca de 44% a probabilidade de voto na presidente. O modelo ajustado para esta variável apresenta um coeficiente de determinação ( $R^2$ ) de apenas 2,5% de explicação da variável resposta, o que sinaliza um baixo efeito deste fator na variabilidade da decisão do voto.

- A identificação com o Partido dos Trabalhadores (PT) aumenta em aproximadamente 23 vezes a chance de voto em Dilma Rousseff. Em contraposição, a rejeição ao PT reduz em 98% as chances de voto na candidata incumbente aumenta. Estas variáveis partidárias explicam, respectivamente, cerca de 28% e 30% da variabilidade da variável resposta.

Entre as variáveis socioeconômicas, apenas a escolaridade e a renda se mostram estatisticamente significativas para a explicação do voto (mas, apresentam coeficientes de determinação  $R^2$  relativamente baixos). A relação observada entre essas duas variáveis e a variável resposta (decisão eleitoral) se mostra negativa: quanto maior a escolaridade/renda, menor a probabilidade de observação da categoria de interesse (voto em Dilma Rousseff<sup>18</sup>).

Partindo então para o modelo multivariado (completo) ajustado, podemos observar os seguintes resultados (Tabela 2):

---

<sup>18</sup> Cabe realçar que escolaridade e renda são dois fatores considerados, por estudos no campo da ciência política e também de outras áreas, como fortemente correlacionados, apresentando uma associação positiva entre si: quanto maior a escolaridade, maior a renda do indivíduo.



**Tabela 3**

<b>Modelo completo - Procedimento <i>Backward</i> (Wald)</b> (Dilma = 1; Aécio = 0)						<b>Modelo Invertido<sup>19</sup></b> (Aécio = 1; Dilma = 0)	
Variáveis	B	S.E.	Wald	Sig.	Exp(β)	β - Variável dep. Invertida	Exp (β) - Variável dep. Invertida
Avaliação de desempenho	0,944	0,065	208,937	0,000***	2,571	-0,944	0,389
Avaliação da economia	0,209	0,047	19,451	0,000***	1,233	-0,209	0,811
Rejeição ao PT	-2,658	0,341	60,686	0,000***	0,070	2,658	14,267
Identificação com o PT	2,155	0,246	76,728	0,000***	8,625	-2,155	0,116
Corrupção Gov. Dilma	-0,173	0,144	1,427	0,232	0,842	0,173	1,188
Renda Familiar	-0,137	0,051	7,245	,007***	0,872	0,137	1,147
Sexo	0,004	0,142	0,001	0,978	1,004	-0,004	0,996
Idade	-0,005	0,005	0,840	0,359	0,995	0,005	1,005
Escolaridade	-0,108	0,086	1,593	0,207	0,898	0,108	1,114
Constante	-1,716	0,446	14,786	0,000	0,180	1,716	5,564

Fonte: Instituto Vox Populi (elaboração própria) - n = 2.200 - R<sup>2</sup> de Nagelkerke: 0,651

\* Significativo a 10%; \*\* Significativo a 5%; \*\*\* Significativo a 1%

O modelo indicado como mais parcimonioso<sup>20</sup> eliminou as variáveis sociodemográficas sexo, idade e escolaridade, e também a variável explicativa que trata sobre a percepção da corrupção (*Anexo 2*).

A percepção sobre a corrupção, embora significativa em regressão univariada, na análise em conjunto com as demais variáveis independentes (análise multivariada) não apresentou

<sup>19</sup> Para melhorar a possibilidade de análise e interpretação comparativa dos coeficientes (parâmetros) relacionados aos sentimentos partidários, o mesmo modelo foi ajustado invertendo-se a variável dependente (colocando-se Aécio como categoria de interesse). Essa transformação em nada altera os valores dos coeficientes e de sua significância estatística, modifica apenas o sinal da direção dos coeficientes e recalcula a razão de chance (*odds ratio*) para a probabilidade de ocorrência de uma nova categoria de interesse (que antes era a referência). Utiliza-se esta estratégia para que seja possível avaliar, comparativamente, aspectos contrapostos numa mesma relação de probabilidade (*odds ratio* > 1). Ou seja, avaliar a probabilidade de ocorrência das duas categorias da variável resposta em relação a variáveis explicativas contrapostas; como, por exemplo, é o caso da análise dos sentimentos partidários aqui em estudo: espera-se poder avaliar a intensidade do aumento da probabilidade de voto em Dilma (categoria de interesse: Dilma) entre aqueles que se identificam com este partido vs. o aumento da probabilidade de voto em Aécio (categoria de interesse: Aécio) entre os que rejeitam o partido no poder.

<sup>20</sup> Segundo Oliveira (2011), modelo parcimonioso é aquele que contém apenas as variáveis significantes e com real importância para explicar a variabilidade da variável dependente. Ou, em outras palavras, um modelo bem ajustado e que tenha um número reduzido de parâmetros.

significância estatística<sup>21</sup>. Cabe lembrar que na análise simples (univariada) esta variável independente já dava sinais de seu baixo poder explicativo, apresentando um coeficiente de determinação ( $R^2$ ) de apenas 2,5% de explicação da variável resposta.

Tem-se, portanto, que não foi confirmada a hipótese ( $H3$ ) de que a percepção (opinião) de existência de mais corrupção no governo Dilma do que em governos anteriores seria estatisticamente significativa em reduzir a probabilidade de voto na candidata.

A corrupção foi um *issue* fortemente debatido nos últimos dois anos no cenário político brasileiro – em função da deflagração de episódios que envolviam uma das maiores empresas estatais do país (a Petrobrás), atores políticos e grandes empreiteiras – e com certeza teve um papel importante na formação da reflexão e na tomada de decisão do eleitor, tanto que sua análise univariada teve significância estatística.

Contudo, considerando-se que o eleitor é um indivíduo que sofre variados estímulos e se enquadra em características (estratos) socioeconômicas diversas, tem-se que no modelo multivariado essa percepção da corrupção pode ter ‘perdido espaço’ tanto em função de seu baixo poder explicativo sobre variável resposta, quanto porque alguns dos elementos em análise passam a ser mais importantes para a variação da variável resposta, minimizando o efeito (que já era identificado como pequeno na análise univariada) desta variável de percepção da corrupção sobre a variável resposta.

Isto é, quando avaliada concomitantemente com outros elementos apontados como mais determinantes para a explicação do voto, a percepção da corrupção demonstra ter tido um papel coadjuvante na decisão do eleitor quanto a seu voto para presidente em 2014: em análise isolada, esta variável apresenta significância (ainda que com um baixo efeito) para a explicação do voto; mas no modelo multivariado seu efeito é minimizado e os

---

<sup>21</sup> Conforme colocado anteriormente, de acordo com Loch *et. al.* (2011), o método *backward* (Wald) é apropriado para análises exploratórias com preditores com potenciais intercorrelações. Numa análise de regressão realizada através de método *stepwise backward*, pode ser então que o procedimento de ajuste elimine no modelo determinado elemento que apresente correlação com outra variável explicativa. Neste caso, o procedimento elimina aquela que apresenta menor expressividade explicativa da variável resposta. Assim, tem-se então que quando analisada junto aos demais fatores ( $X_i$ ) na busca pela explicação do voto ( $Y$ ), a existência de correlação entre a percepção da corrupção e outras variáveis explicativas (correlações baixas o suficiente para não comprometer o ajuste do modelo, segundo apontado pelo teste VIF) pode acabar por eliminar o efeito desta variável (que já era indicado como muito baixo no modelo univariado) quando inserida em análise multivariada.

protagonistas da análise ficam sendo outros elementos em estudo (avaliação de desempenho do incumbente, avaliação da economia, identificação partidária, rejeição partidária e renda familiar)<sup>22</sup>.

Assim como Mendes e Venturini (1994) analisaram para as eleições de 1994, tem-se que embora permeada por episódios de corrupção, intensamente alardeados pela mídia, as eleições presidenciais de 2014 parecem ter sido determinadas por outros fatores. Na análise desenvolvida naquela ocasião por Mendes e Venturini, o elemento apontado como significativo para a tomada de decisão foi a avaliação da economia.

Mais recentemente, em análise das eleições de 2002, 2006 e 2010, Calvet (2013) encontrou que escândalos que denunciavam atos corruptos (associados a candidatos à reeleição ou apoiados por seu partido político) tiveram efeito residual na explicação da decisão eleitoral. Na eleição presidencial de 2014, os casos de corrupção deflagrados também estavam associados ao partido da candidata à reeleição, mas assim como nos pleitos anteriores (analisados por Calvet), mesmo que se tenha investigado fortemente nenhuma associação dos mandatários com os esquemas corruptos foi encontrada ou comprovada. Neste sentido, por mais que uma parcela dos eleitores considerasse que seu governo tenha sido mais corrupto que os anteriores, para alguns deles pode ser que a ‘culpa’ desta corrupção não tenha sido atribuída diretamente à presidente; fazendo com que as chances de voto nela não fossem significativamente impactadas por este fator. Analisaremos essa e outras interpretações possíveis para este achado (sobre corrupção) nas considerações finais, por se tratarem de reflexões e ponderações da autora.

Partindo para observação das variáveis significantes, e começando a análise pelo único elemento sociodemográfico que apresentou significância estatística para a explicação do voto presidencial em estudo, temos que o aumento de uma unidade na escala de faixas de renda reduz em 15%, em média, a probabilidade de voto em Dilma Rousseff (categoria de

---

<sup>22</sup> Analisando matematicamente os resultados e, para isso, observando a razão de chance ( $\exp\beta$ ), nota-se que a corrupção mostra um efeito sobre a probabilidade de ocorrência da categoria de interesse (voto em Dilma) muito próximo de 1 (hum); o que quer dizer que a razão de chance de ocorrência das duas opções mensuradas pela variável resposta (voto em Dilma e voto em Aécio) é muito próxima e não pode ser apontada como determinante para a existência de maior probabilidade de observação de um ou outro resultado – tudo isso, volta-se a realçar, quando a questão da corrupção é analisada em conjunto com os demais fatores em estudo, apontados pela análise empírica, e por referenciais teóricos, como significantes para a da decisão eleitoral.

interesse). Ou seja, quanto maior a renda, menor a probabilidade de voto na candidata incumbente.

A significância da renda na explicação do voto foi um achado interessante trazido à tona pela análise empírica. Mas, ainda que não tenha sido alvo de uma hipótese de investigação, cabe aqui brevemente explorar um pouco desta relação da renda com o voto.

Na teoria sociológica, tem-se a corrente marxista como uma perspectiva de análise que se concentra fortemente na importância dos determinantes econômicos e da estrutura de classe<sup>23</sup> para a decisão do voto. Sob a perspectiva desta corrente marxista, questiona-se em que circunstâncias um grupo de pessoas enquadradas em uma mesma situação social – uma “classe em si” – se transforma em uma “classe para si”. Estudiosos então apontam que ao atingirem uma consciência de classe as classes trabalhadoras passariam a se identificar com os partidos de esquerda (PRZEWORSKI E SOARES, 1971 *apud* CASTRO, 1994). Não se pode dizer, pelas análises realizadas neste artigo, que há a construção de uma consciência de classe. Mas, cabe realçar o achado de que quanto mais baixa a camada de renda (camadas baixas que, em geral, representam as classes consideradas como trabalhadoras e dependentes das leis trabalhistas, foco de atuação dos partidos trabalhadores), maior foi a probabilidade de voto alcançada pela representante do PT<sup>24</sup>.

Partindo então para a análise dos sentimentos partidários, tem-se que embora fraca no Brasil<sup>25</sup> e em outros países em que se observa multipartidarismo, a identificação partidária com o PT (partido de interesse analisado neste artigo) foi elemento significativo para a explicação do voto. A rejeição ao PT também foi fator significativa na análise da decisão do voto. Achados estes que permitem confirmar, portanto, as hipóteses (*H5*) de que a identificação partidária com o PT aumenta significativamente a probabilidade de voto na candidata que representa este partido e que, por outro lado, (*H4*) a rejeição ao PT reduz essa probabilidade (e eleva as chances de voto no candidato opositor).

---

<sup>23</sup> Falar de renda com certeza é diferente de falar de classe social, afinal a inclusão (em determinada classe) a partir da renda não se traduz em uma inclusão social de fato, nem tampouco na criação de uma consciência de classe. Contudo, em função da falta de informações (variáveis) que mensurem e enquadrem os indivíduos em indicadores de classes sociais, considerou-se a renda familiar como *proxy* para, de forma exploratória, analisar a influência da situação socioeconômica dos indivíduos na decisão do voto.

<sup>24</sup> Na análise por cruzamento bivariado foi possível observar ainda a existência da seguinte relação: quanto menor a renda, maior a proporção de identificação com o PT.

<sup>25</sup> Cabe lembrar que, segundo Kinzo (2005), o PT é um caso específico de análise, pois é o único partido com taxas significativas de identificação no Brasil nos últimos anos.

Através da análise dos dados empíricos observa-se que a identificação com PT elevou em 8,8 vezes a probabilidade de voto em Dilma Rousseff. Em contraposição, tem-se que a rejeição a este partido aumentou em aproximadamente quatorze vezes e meia (14,47) as chances de voto no candidato opositor.

Ou seja, nota-se que a rejeição ao PT influenciou de forma mais intensa a probabilidade de voto em Aécio do que a identificação com o partido a opção de voto em Dilma. Podendo-se analisar que o antagonismo partidário em relação ao PT foi mais incisivo na determinação da probabilidade de voto na oposição do que a identificação (apoio ao PT) na influência sobre a probabilidade de voto a favor da presidente.

Cabe realçar que, para além de contribuir para a ampliação do leque de trabalhos que abordam a variável rejeição em suas análises (CARREIRÃO E KINZO, 2004; NICOLAU, 2007; CARREIRÃO, 2007; CARREIRÃO, 2008), esta artigo buscou desenvolver uma perspectiva de análise que explora também a sua contraposição desta dimensão (rejeição) com a identificação partidária – avaliando qual sentimento se mostrou mais ‘intenso’ em influenciar as probabilidades de voto<sup>26</sup>.

As próximas duas hipóteses tratam das variáveis clássicas da escolha racional: a avaliação da economia e avaliação de desempenho do incumbente. Deixamos as análises destas variáveis para serem feitas por último, pois, como veremos adiante, precisamos nos debruçar um pouco mais sobre elas ajustando alguns novos modelos.

A elevação em um nível na escala de avaliação da economia (péssimo → ruim → regular negativo → regular positivo → bom → ótimo) gera um incremento médio de cerca de 23% na probabilidade de voto na candidata mandatária. No mesmo sentido, mas com intensidade um pouco maior, tem-se que o aumento de uma unidade na escala de categorias de avaliação de desempenho da incumbente aumenta, em média, em duas vezes e meia a probabilidade de voto em Dilma Rousseff (categoria de interesse).

---

<sup>26</sup> Contribuição esta que se faz importante, mas que abre espaço para a consideração de que muitas novas pesquisas precisam ser feitas. Em especial, pesquisas comparativas longitudinais, para que seja possível entender se o efeito da rejeição vs. identificação partidária foi algo peculiar e específico desta eleição disputada e fortemente rivalizada de 2014, se é um efeito habitual (rejeitar um partido potencializa mais fortemente a probabilidade de voto na oposição do que ter identificação intensifica a chance de votar a favor daquele partido), ou se, de repente, seria um efeito que pode estar se acentuando com o passar dos anos (devido ao aumento da rejeição em relação ao sistema partidário em geral); entre outras análises possíveis.

Analisando a significância dessas duas avaliações na decisão do voto, como fora dito, fica claro que quanto melhor a avaliação que o eleitor faz do desempenho da presidente e da situação da economia no país, maior a probabilidade de que vote por sua reeleição – o que, de forma geral, confirma as hipótese *H1* e *H2*.

Contudo, examinar os resultados desta forma permite apenas que seja observado o incremento médio na probabilidade ocorrência da categoria de interesse gerado pelo aumento de cada unidade (nível) escalar. Para preencher essa lacuna, a alternativa foi transformar cada uma das categorias de resposta (níveis da escala) em uma variável *dummie* (binária)<sup>27</sup>.

Os efeitos específicos de cada nível de avaliação podem então ser analisados a partir dos modelos detalhados ajustados (Tabela 3 e Tabela 4)<sup>28</sup>.

**Tabela 3 - Avaliação da economia e probabilidade de voto**

	<i>Modelo detalhado (por categorias de resposta)</i>					
	Variáveis	$\beta$	S.E.	Wald	Sig.	Exp( $\beta$ )
<b>Categoria de interesse (1): Dilma<sup>29</sup></b>	<b><i>Ótima</i></b>	2,869	1,173	5,981	0,014**	17,628
	<i>(referência: péssima)</i>					
	<b><i>Boa</i></b>	0,797	0,263	9,161	0,002***	2,218
	<i>(referência: ruim)</i>					
	<b><i>Regular positiva</i></b>	1,109	0,201	30,521	0,000***	3,031
<i>(referência: regular negativa)</i>						
<b>Categoria de interesse (1): Aécio</b>	<b><i>Regular negativa</i></b>	0,758	0,214	12,596	0,000***	2,134
	<i>(referência: regular positiva)</i>					
	<b><i>Ruim</i></b>	0,592	0,241	6,018	0,014**	1,807
	<i>(referência: boa)</i>					
	<b><i>Péssima</i></b>	1,182	0,397	8,861	0,003***	3,262
<i>(referência: ótima)</i>						

Fonte: Instituto Vox Populi (elaboração própria) n = 2.200 -\*\* Significativo a 5%; \*\*\* Significativo a 1%

<sup>27</sup> Foram ajustados seis novos modelos. Em cada um deles uma das opções da escala de avaliação de desempenho e de avaliação da economia foi considerado como referência, de forma que todas as outras fossem comparadas com ele. No ajuste destes novos modelos voltamos a incluir todos os elementos que no modelo multivariado ajustado se mostraram não significantes estatisticamente (escolaridade, idade, etc). A intenção desta iniciativa é que estas variáveis exerçam função de controle dos resultados por essas características/fatores, assim como fora feito para os modelos anteriores.

<sup>28</sup> Os coeficientes das demais variáveis independentes (Rejeição ao PT, Identificação com o PT e Renda Familiar) não são significativamente afetados no ajuste deste modelo mais detalhado. De toda forma, cabe realçar que com esta transformação o coeficiente R<sup>2</sup> do modelo total ficou em 0,674.

<sup>29</sup> Assim como fora feito para analisar a relação contraposta entre os sentimentos partidários, invertemos a variável resposta para examinar a avaliação positiva em relação a categoria de referência Dilma Rousseff (incumbente) e a avaliação negativa em relação a categoria de referência Aécio Neves (candidato opositor).

De forma geral, segundo os dados da Tabela 3 nota-se que foi corroborada a hipótese (*H1*) de que a avaliação positiva a respeito da economia aumenta a probabilidade de que o eleitor vote no candidato que representa a continuidade; e que, em contraposição, a avaliação negativa da economia é fator significativo para aumentar a probabilidade de voto a favor do candidato opositor (no modelo invertido, o candidato desafiante Aécio Neves é colocado como categoria de referência).

Para explorar as intensidades com que cada categoria de avaliação influencia na probabilidade de voto na candidata incumbente vs. candidato desafiante, analisamos especificamente cada categoria da escala de avaliação<sup>30</sup>. Observa-se que considerar a situação econômica como ótima aumenta em 18 vezes a probabilidade de voto em Dilma Rousseff (em relação a fazer uma avaliação péssima dessa situação). Em contrapeso, avaliar a questão econômica como péssima eleva a probabilidade de voto em Aécio Neves em cerca de 3 vezes (em relação a avaliar a situação atual da economia como ótima).

Observando-se os pontos intermediários da escala de avaliação é possível notar que as distâncias entre as probabilidades de ocorrência da categoria de interesse nas análises contrapostas (avaliação ‘boa’ vs. ‘ruim’, e avaliação ‘regular positiva’ vs. ‘regular negativa’) são menores do que a diferença observada entre os pontos extremos (‘ótima’ vs. ‘péssima’). Avaliar a situação econômica como ‘boa’ aumenta em 120% as chances de voto em Dilma, em relação a avaliar como ‘ruim’. O contrário é um pouco menor: avaliar a economia como ‘ruim’ eleva em 80% as chances de voto em Aécio, em relação a avaliar como ‘boa’. Considerar como ‘regular positiva’ a economia eleva em 200% a probabilidade de voto na incumbente em relação àqueles que avaliam esta gestão como ‘regular negativa’. Em contrapeso, conferir julgamento ‘regular negativo’ para a situação econômica do país aumenta em 113% a probabilidade de voto no candidato opositor (Aécio Neves), em relação a considerar como ‘regular positiva’ esta questão.

Diante das observações feitas, é interessante notar que (de forma mais aguda nos pontos extremos da escala e mais branda nos pontos intermediários) o posicionamento positivo a respeito da economia (ótima/boa/regular positiva) mostra-se mais intenso em aumentar as

---

<sup>30</sup> Para comparar o efeito de opções de resposta ‘opostas’ na decisão do voto pela candidata incumbente vs. opção pelo candidato opositor, na escala de seis pontos utilizada nas perguntas em análise, foram considerados os seguintes pares de oposição de posicionamento: (1) avaliação ótima vs. avaliação péssima; (2) avaliação boa vs. avaliação ruim; (3) avaliação regular positiva vs. avaliação regular negativa.

chances de voto na candidata incumbente do que o posicionamento negativo (péssima/ruim/regular negativa) em elevar as chances de voto no candidato opositor. Ou seja, uma avaliação positiva da economia surtiu efeito mais expressivo no aumento da probabilidade de voto em Dilma Rousseff, do que uma avaliação negativa no aumento da probabilidade de voto na oposição.

Esse achado nos faz considerar que os eleitores que avaliavam positivamente a economia premiaram a incumbente com maior intensidade (conferindo uma intensa probabilidade de voto a seu favor) do que os eleitores que avaliavam negativamente este aspecto apresentaram probabilidade de voto punitivo (voto a favor da oposição).

**Tabela 4 - Avaliação de desempenho da presidente Dilma e probabilidade de voto**

	<i>Modelo detalhado (por categorias de resposta)</i>					
	Variáveis	$\beta$	S.E.	Wald	Sig.	Exp( $\beta$ )
<b>Categoria de interesse (1): Dilma</b>	<b><i>Ótimo</i></b> <i>(referência: péssimo)</i>	4,56 7	0,834	29,998	0,000** *	96,264
	<b><i>Bom</i></b> <i>(referência: ruim)</i>	3,08 1	0,295	109,105	0,000** *	21,775
	<b><i>Regular positivo</i></b> <i>(referência: regular negativo)</i>	1,10 9	0,201	30,521	0,000** *	3,031
	<b><i>Regular negativo</i></b> <i>(referência: regular positivo)</i>	1,11 6	0,203	30,116	0,000** *	3,052
<b>Categoria de interesse (1): Aécio</b>	<b><i>Ruim</i></b> <i>(referência: bom)</i>	3,17 3	0,305	108,401	0,000** *	23,873
	<b><i>Péssimo</i></b> <i>(referência: ótimo)</i>	3,76 7	0,568	44,045	0,000** *	43,259

Fonte: Instituto Vox Populi (elaboração própria) -n = 2.200- \*\* Significativo a 5%; \*\*\* Significativo a 1%

Assim como foi notado para a avaliação da economia, tem-se que podemos corroborar a hipótese (H2) de que a avaliação positiva a respeito do desempenho do incumbente aumenta a probabilidade de voto por sua manutenção no poder; e que, em contraposição, a avaliação negativa de seu desempenho é estatisticamente significativa para o aumento da probabilidade de voto a favor do candidato desafiante (no modelo invertido, Aécio Neves é colocado como categoria de referência).



Analisando as intensidades com que cada uma das categorias influenciou as chances de voto, verificamos que avaliar como 'ótimo' o desempenho de Dilma Rousseff eleva a probabilidade de voto na presidente em 96 vezes, em relação a avaliar seu desempenho como péssimo (categoria de referência). Em contrapartida, a avaliação do desempenho da incumbente como péssimo aumenta a probabilidade de voto no candidato opositor (Aécio Neves) em cerca de 43 vezes, em comparação a avaliar seu desempenho como ótimo (categoria de referência).

Tomando-se então estes pontos extremos de avaliação do desempenho da presidente, pode-se dizer que a avaliação 'ótima' da atuação da governante aumenta com maior intensidade a probabilidade de voto por sua reeleição do que a avaliação péssima eleva a probabilidade de voto em seu opositor. Observação similar à feita para a avaliação da economia: a de que os eleitores que conferiam uma avaliação positiva ao desempenho de Dilma Rousseff demonstraram uma probabilidade mais intensa de premiar a presidente por esta boa atuação, do que os eleitores que consideravam negativo o seu desempenho em conferir um voto punitivo (embora essa probabilidade também tenha sido alta).

Em suma, após analisar ambos os modelos detalhados ajustados, pode-se dizer, no geral, que a avaliação positiva dos aspectos em estudo (economia e desempenho) aumenta com maior intensidade a probabilidade de voto pela reeleição da mandatária do que a avaliação péssima eleva a probabilidade de voto em seu opositor. Avaliar positivamente a economia ou o desempenho da incumbente potencializa de forma mais incisiva a probabilidade de premiação da governante (voto por sua manutenção no poder), do que a avaliação negativa influencia na probabilidade de punição desta mandatária (voto em favor da oposição).

### **Considerações finais**

A análise de dados realizada neste trabalho encontrou que as variáveis contextuais clássicas (avaliação da economia e avaliação de desempenho do incumbente) foram significantes para a decisão do voto nas eleições em estudo: avaliações positivas potencializaram as chances de voto na candidata incumbente e avaliações negativas elevaram a probabilidade de voto em seu opositor; corroborando as duas primeiras hipóteses (*H1* e *H2*) deste artigo.

A avaliação da economia (conformada em um cenário de maus resultados para o crescimento econômico e para a inflação, mas de boas perspectivas para o emprego e para a valorização do salário mínimo) e a avaliação do desempenho em geral da presidente Dilma Rousseff (construída com base em variados aspectos, conforme visto) podem ser apontadas como variáveis que tiveram o poder de influenciar a decisão dos eleitores na eleição presidencial de 2014.

Na análise exploratória das intensidades com que cada categoria das escalas de avaliação influenciou na decisão do voto, observou-se que um posicionamento (avaliação) positivo foi mais incisivo no aumento da probabilidade de voto a favor da candidata incumbente do que a avaliação negativa incidiu sobre a elevação da probabilidade de voto a favor da candidatura opositora. Isto é, avaliar positivamente o desempenho em geral da incumbente ou da economia potencializou com maior intensidade a decisão por votar na presidente em comparação à intensidade com que a avaliação negativa influenciou na probabilidade de voto em favor da oposição. Ponto positivo para a candidata Dilma Rousseff, que com maior probabilidade pôde colher os frutos (votos) daqueles que avaliavam seu governo ou a economia de forma positiva.

Em relação ao terceiro elemento contextual-racional incluído na análise, tem-se que não foi satisfeita a hipótese (*H3*) de que a percepção de que a corrupção no governo Dilma foi maior que em governos anteriores tivesse sido fator importante para a explicação da decisão eleitoral. Ponto favorável também para a candidata Dilma Rousseff – afinal a presidente tinha seu governo, seu partido e uma empresa estatal (da qual participou da gestão, como Presidente do Conselho Administrativo) no centro de casos de corrupção.

Embora significativa em análise univariada (o que demonstra que este é um elemento que, de alguma forma, contribui para a reflexão do eleitor), na apreciação multivariada a percepção sobre a corrupção não apresentou significância estatística. Os outros elementos (variáveis explicativas) em análise protagonizaram a associação estatística com o voto.

Este achado ratifica os apontamentos de estudos prévios de que a percepção da corrupção não influencia expressivamente na decisão de voto dos eleitores e de que outros fatores (avaliação da economia, identificação partidária, avaliação de desempenho) acabam sendo mais determinantes em uma análise multivariada.

Analisando, em específico, a eleição presidencial de 2014, muitas podem ser as interpretações para a não significância da percepção da corrupção, tais como: (1) a consideração entre os eleitores de que, embora seu partido e seu governo estivessem no centro dos casos de corrupção, não foi apontado envolvimento direto da presidente Dilma nestes episódios; (2) a consideração de que o candidato opositor e/ou seu partido também já haviam se envolvido em episódios de corrupção e que este fator, portanto, não discriminava as opções de voto que o eleitor tinha para sua escolha; (3) a existência do raciocínio baseado na lógica do ‘rouba, mas faz’: embora tenha se envolvido em situações corruptas, o governo havia promovido melhorias para o país e para a população e essa eficiência é o que importa; (4) a conformação de um cálculo eleitoral (em uma parcela dos eleitores) que priorizava outras questões contextuais (avaliação econômica e/ou avaliação de desempenho), os sentimentos partidários, entre outros aspectos. Um eleitor que, por exemplo, considerava o governo Dilma mais corrupto que os anteriores, mas que avaliava positivamente a situação econômica vigente, pode ter optado por votar pela continuidade de Dilma no poder para que os ganhos obtidos continuassem também. Essas relações podem ser testadas através de termos interativos entre variáveis explicativas; ficando como agenda de pesquisa para trabalhos futuros.

Além de fatores ancorados em uma lógica racional de cálculo de curto prazo, variáveis chamadas de longo prazo (identificação e rejeição partidária em relação ao PT, partido de interesse neste estudo específico) foram inseridas como outras possibilidades de investigação para a explicação do voto analisada por este trabalho. Estas variáveis se mostraram significativamente fortes para explicar a decisão do eleitor na eleição presidencial de 2014, o que confirma as duas últimas hipóteses (*H4* e *H5*) de trabalho.

A identificação partidária (variável clássica dos estudos psicológicos), mesmo apontada como fraca no Brasil e em outros países em que se observa um dilatado multipartidarismo, foi elemento significativo para a explicação do voto.

Quanto à rejeição, chama a atenção na análise o fato de este sentimento partidário ter se mostrado mais forte em influenciar a probabilidade de voto a favor do candidato opositor do que a identificação em ampliar as chances de voto em Dilma Rousseff, candidata pelo PT. O antagonismo ao Partido dos Trabalhadores (PT) foi mais eficiente em potencializar as chances de voto na oposição do que o apoio (simpatia, identificação) a este partido em

angariar probabilidade de voto para a presidente aspirante à reeleição. Este achado mostra que no que se refere aos sentimentos partidários (em relação ao PT) a candidatura opositora saiu ganhando. O anti-petismo, discurso tão evocado por Aécio Neves ao longo da campanha, se mostrou bem sucedido não só em impactar fortemente a probabilidade de voto na oposição, mas em fazê-lo com maior intensidade do que a identificação com este partido demonstrou ter conseguido em ampliar a probabilidade de voto na presidente.

A significância da renda na explicação do voto foi um fator importante realçado pela análise empírica. Coube destacar então o achado de que quanto maior a renda, menor a probabilidade de voto na candidata incumbente. Ou, em sentido oposto, que quanto mais baixa a renda maior a probabilidade de voto em Dilma Rousseff.

A eleição presidencial de 2014 foi apontada como a disputa mais acirrada dos últimos anos, tanto devido a seu desenrolar muitas vezes agressivo e combativo quanto em função de seu resultado com pequena margem de diferença de votos.

Embora este artigo tenha se debruçado e explorado elementos importantes para a análise da decisão do voto na eleição presidencial de 2014, por mais que possa parecer clichê, é categórico falar que novas pesquisas precisam ser feitas para compreender melhor o comportamento dos eleitores e a conformação do resultado de um pleito tão recente (e marcado por um resultado final tão acirrado)<sup>31</sup>.

Por ter um recorte bem claro (a decisão do segundo turno da eleição presidencial de 2014), este artigo de forma alguma pretende alargar seus achados e conclusões para outras eleições, outros locais, outros momentos. Muito pelo contrário, um dos principais argumentos defendidos neste trabalho desde o início é a importância do contexto para a decisão eleitoral; o que acaba por demandar, sempre, e cada vez mais, novos estudos. Afinal, as preferências em jogo, a conjuntura, o volume e acesso a informações, entre outros componentes das sociedades atuais, se alteram (e se ampliam) continuamente.

---

<sup>31</sup> Muitos são os desdobramentos importantes (e instigantes para futuros estudos) do resultado eleitoral que se conformou a partir das eleições de 2014: manifestações contrárias ao governo eleito e pedidos de *impeachment* da presidente (iniciativas estas que fizeram analistas e estudiosos considerarem a existência de um 3º turno eleitoral, e chamarem este pleito de ‘a eleição que não terminou’), controvérsias a respeito das medidas econômicas tomadas pelo governo federal, alteração de direitos trabalhistas, propostas de reforma política, crise política e econômica, entre outros aspectos.

## Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, J. (1996). **Como vota o brasileiro**. 1ª edição. São Paulo: Casa Amarela.
- BITTENCOURT, H. (2003). Regressão logística politômica: revisão teórica e aplicações. **Revista Acta Scientiae** – ULBRA, Canoas, RS. v.5, n. 1.
- BONIFÁCIO, R. (2014). Corrupção e participação política nas Américas e no Caribe: 2004-2012. **Tese de Doutorado**, Ciência Política. Belo Horizonte: UFMG.
- BONIFÁCIO, R.; PAULINO, R. (2015). Corruption and political participation in Americas and the Caribbean. **Brazilian Political Science Review**, v. 9, n.2.
- CALVET, I. (2013). Determinantes do Voto, Corrupção e Impacto Eleitoral nas Eleições Presidenciais Brasileiras de 2002 a 2010 – **Dissertação de Mestrado**, DCP/UNB.
- CAMARGOS, M. (1999). Do bolso para as urnas – a influência da economia na escolha entre Fernando Henrique e Lula nas eleições de 1998. **Dissertação de Mestrado**, Ciência Política. Rio de Janeiro: IUPERJ.
- CAMPBELL, A. et al. (1966). **Elections and the political order**. NY: John Wiley & Sons.
- CARREIRÃO, Y. (1999). Avaliação do governo e “voto econômico”. **Lua Nova**, n.48.
- CARREIRÃO, Y. (2000). A decisão do voto nas eleições presidenciais no Brasil (1989 a 1998): a importância do voto por avaliação de desempenho. **Tese de doutorado**. USP.
- CARREIRÃO, Y. (2007) Relevant factors for the voting decision in 2002 presidential election: an analysis of the ESEB (Brazilian Electoral Study) data. **Brazilian Political Science Review**, v.1, nº1.
- CARREIRÃO, Y. ; KINZO, M. D. G. (2004). Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002). **Revista Dados**, vol.47, nº1.
- CARREIRÃO, Y. (2008). Opiniões políticas e sentimentos partidários dos eleitores brasileiros. **Revista Opinião Pública**, Campinas. vol. 14. nº 2.
- CASTRO, M. M. M. (1992). Sujeito e estrutura no comportamento eleitoral. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 20, vol. 01.
- CASTRO, M. M. M. (1994). Determinantes do comportamento eleitoral – a centralidade da sofisticação política. **Tese de Doutorado**. Rio de Janeiro: IUPERJ.
- CONVERSE, P. (1975). Public opinion and voting behavior. In: GREENSTEIN E POLSLCY, **Handbook of political science**, vol. 4. Princeton, Addison-Wesley.
- DOWNS, A. (1957). **An Economic Theory of Democracy**. New York: Harper and Row.

DUCH, R.; STEVENSON, R. (2008). **The Economic Vote**. New York: Cambridge Press.

ECHEGARAY, Fabian. (1995). Voto Econômico ou Referendum Político? Os Determinantes das Eleições Presidenciais na América Latina, 1982-94. **Revista Opinião Pública**. Vol. 3, n.º 2, CESOP/Unicamp.

FIGUEIREDO, M. (1991) **A Decisão do Voto: Democracia e Racionalidade**. Anpocs.

FILGUEIRAS, F. (2009). A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social. **Revista Opinião Pública**. v.15, n.2. Campinas.

GRIFFITHS, W.; HILL, C; JUDGE, G. (2010). **Econometria**. Editoria Saraiva, 3ª edição.

JÁCOMO, A. (2013) Os enigmas da popularidade presidencial no Brasil: economia ou política? **Dissertação de Mestrado**, Ciência Política. Brasília: UNB.

KEY, V. O. (1966). **The responsible electorate: rationality in presidential voting 1936-1960**. (Milton C. Cummings Jr. - assistance) Cambridge: Belknap Press of Harvard.

KING, G; et. al. (1994). **Designing Social Inquiry**. Princenton University Press.

MELO, C. R.; CAMARA, R. (2012). Estrutura da Competição pela Presidência e Consolidação do Sistema Partidário no Brasil. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 1.

MENDES, A. M. T. e VENTURI, G. (1994). Eleição Presidencial: o Plano Real na sucessão de Itamar Franco. **Revista Opinião Pública**, vol. II, nº 2, Campinas: CESOP/Unicamp.

MENEGUELLO, R. (1995). Electoral Behavior in Brazil: The 1994 Presidential Elections. **International Social Science Journal**, nº 146, dez.

MOREIRA, L.F. (2006). Multicolinearidade em Análise de Regressão. Trabalho apresentado e incluído nos Anais **do IX SEMEAD – FEA/USP**

NICOLAU, J. (2007). An analysis of the 2002 presidential elections using logistic regression. **Brazilian Political Science Review**. vol.1. nº1.

RENNÓ, L. R. (2007) Escândalos e voto: as eleições presidenciais brasileiras de 2006. **Opinião Pública**, v. 13, n. 2.

SINGER, M. (2000). **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994**. São Paulo: Ed. USP.

TELLES, H; STORNI, T. (2011) Ideologia, atitudes e decisão de voto em eleitores de direita e de esquerda. **Revista de Opinión Pública: Investigación Social Aplicada**. Buenos Aires: Teseo, n. 1.

## Anexos

- **Anexo 1:** Fator de Inflação da Variância (VIF) - Teste de Multicolinearidade

Coefficients	
	Collinearity Statistics
	VIF
at2_recode_ok	1,442
adp1_recode_ok	1,707
rejeicao_pt	1,291
identificacao_pt	1,185
corrup_dilma	1,029
sexo	1,020
idade	1,233
esc	1,596
rendaf	1,379

- **Anexo 2:** Modelo mais parcimonioso

<b>Melhor modelo ajustado - Procedimento <i>Backward</i> (Wald)</b> (Dilma = 1; Aécio = 0)							
Variáveis	$\beta$	S.E.	Wald	Sig.	Exp( $\beta$ )	Modelo Invertido (Aécio = 1; Dilma = 0)	
						$\beta$ - Variável dep. Invertida	Exp ( $\beta$ ) - Variável dep. Invertida
Renda Familiar	-0,167	0,046	13,444	0,000***	0,846	0,167	1,182
Identificação com o PT	2,170	0,245	78,546	0,000***	8,756	- 2,170	0,114
Rejeição ao PT	-2,672	0,341	61,326	0,000***	0,069	2,672	14,473
Avaliação de desempenho	0,949	0,065	212,046	0,000***	2,584	- 0,949	0,387
Avaliação da economia	0,213	0,047	20,485	0,000***	1,238	- 0,213	0,808
Constante	-2,162	0,243	79,432	0,000***	0,115	2,162	8,689

Fonte: Instituto Vox Populi (elaboração própria) - n = 2.200 - R<sup>2</sup> de Nagelkerke: 0,650

\* Significativo a 10%; \*\* Significativo a 5%; \*\*\* Significativo a 1%

→ A exclusão das variáveis apontadas no modelo completo como não significativas estatisticamente (sexo, idade, escolaridade e percepção da corrupção no governo Dilma) gerou uma perda de capacidade explicativa de 0,1% para o ajuste do modelo – segundo indica o coeficiente de determinação R<sup>2</sup> de Nagelkerke. O que significa que retirar estas variáveis do modelo ajustado é uma decisão parcimoniosa (redução nos parâmetros de análise e pouca perda explicativa).